



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: breves reflexões sobre formação profissional e produção teórica

EBLIN FARAGE ¹
SABRINA DOS SANTOS DIAS ²

RESUMO: O presente artigo, fruto de uma pesquisa documental em curso, analisa a relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais, no âmbito da formação profissional, com ênfase no ensino e na produção teórica do Serviço Social, com ênfase no levantamento de dados de quatro revistas da área. A partir do materialismo histórico e dialético, e tendo como referência o Projeto Ético Político, analisa-se os dados, considerando os desafios para a formação e ação profissional em momento de recrudescimento do conservadorismo e de avanço do ultraneoliberalismo. Reafirma a articulação com os movimentos sociais e a mediação da educação popular, como elementos centrais para uma *práxis* emancipatória.

PALAVRAS CHAVES: Formação – produção teórica – Movimentos Sociais – Educação Popular

ABSTRACT: This article, the result of an ongoing documentary research, analyzes the relationship between Social Work and Social Movements, in the scope of

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense

2 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense

professional training, with emphasis on teaching and theoretical production of Social Work, with emphasis on data collection from four magazines of the area. Based on historical and dialectical materialism, and having as a reference the Political Ethical Project, the data are analyzed, considering the challenges for professional training and action at a time of resurgence of conservatism and the advance of ultra-neoliberalism. It reaffirms the articulation with social movements and the mediation of popular education, as central elements for an emancipatory praxis.

KEYWORDS: Training - theoretical production - Social Movements - Popular Education

1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo, fruto de uma pesquisa documental em curso, vinculada a Núcleo de Estudos e Pesquisas vinculado ao CNPQ, faz parte de um processo investigativo que busca, desde a primeira metade da segunda década dos anos 2000, pesquisar a relação entre Serviço Social – Movimentos Sociais – Questão Urbana – Educação Popular. Nas diferentes fases da pesquisa, a ênfase do processo investigativo recaiu sobre um ou dois aspectos da formação e da produção profissional, de forma articulada, buscando complexificar essa relação e identificar sua existência e profundidade na formação e ação profissional, considerando o tripé ensino-pesquisa-extensão. No âmbito da formação profissional a investigação se centra na dimensão do ensino, pesquisando os currículos dos cursos de Serviço Social, e no âmbito da produção teórica da categoria, a investigação se pauta no levantamento de trabalhos apresentados no CBAS, ENPESS e ENPS e nos artigos publicados em algumas revistas da Área. Em cada fase da pesquisa fazemos um recorte e com o passar do tempo vamos acumulando reflexões sobre esses debates que consideramos essenciais para o fortalecimento do Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social.

No período de 2021-2022, do qual compreende o recorte ora apresentado, a pesquisa desenvolvida sob o título “Serviço Social e Formação Profissional: Sujeitos Sociais, Questão Urbana e Educação Popular”³, teve como foco investigar: 1) os projetos políticos pedagógicos dos cursos de Serviço Social de instituições públicas vinculadas a ABEPSS; 2) artigos apresentados/ publicados no Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no intervalo de 2010-2020, sobre a temática e 3) o levantamento de artigos publicados sobre a temática em quatro revistas da área, que foram a Serviço Social e Sociedade, Katálysis, Temporalis e Libertas, no período de 2010-2021. No presente artigo, por se tratar de pesquisa ainda em curso, serão apresentadas algumas reflexões e dados parciais, sobre os pontos 1 (PPP) e 3 (artigos em revistas). Mesmo ainda em processo de sistematização de dados, é possível traçar algumas reflexões e apontamentos sobre o eixo condutor da investigação, que podem ser sintetizados na relação do Serviço Social com os sujeitos sociais, membros da classe trabalhadora, organizados em movimentos sociais, desde a dimensão do ensino no processo de formação profissional, até um recorte sobre sua expressão nas produções teóricas.

A metodologia investigativa partiu do materialismo histórico e dialético, é buscando uma análise que considere a totalidade da realidade social, as determinações conjunturais e estruturais, trás na pesquisa reflexões que buscam contribuir para o desvelar do imediato no âmbito da formação e da produção teórica do Serviço Social. Sem a pretensão de ser uma pesquisa conclusiva e nem tão pouco que abrange todas as dimensões da realidade, mas considerando, como afirma Minayo (2012, p. 11) que a pesquisa social “é uma possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes”, as sistematizações ora apresentadas, objetivam contribuir para uma análise crítica dos desafios que temos que enfrentar no âmbito da formação e da ação profissional, para fortalecer o PEP e a direção social da ação profissional.

3 A referida pesquisa teve apoio de bolsista PIBIC no edital de 2021-2022.

2. A REGRESSÃO SOCIAL E OS DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE ULTRANEOLIBERALISMO: diálogos necessários com educação popular e movimentos sociais

Já foi amplamente refletido, por Iamamoto (1995), Netto (1994), entre outros, sobre as origens do Serviço Social e sua vinculação com diretrizes conservadoras e de manutenção do *status quo*, que originaram a demanda pela construção do Serviço Social como profissão. Assim como já foi amplamente debatido por esses e outros autores, como Abramides (2019), o processo histórico, que a partir do Movimento de Reconceituação em sua vertente de Intenção de Ruptura e da aproximação do Serviço Social ao campo da teoria crítica, a profissão faz um giro político e teórico, rompendo, sem contudo eliminar, com o conservadorismo e com a perspectiva reformadora e adaptadora que preponderou na profissão até a década de 1960/70.

“O projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, coletivamente construído e conquistado pelos profissionais, articula-se ao projeto societário de emancipação humana ancorado em um referencial teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo em instrumentos jurídicos que o sustentam” (ABRAMIDES, 2019, p. 22).

Contudo, como afirmam os autores, mesmo promovendo uma ampla revisão teórica no Serviço Social, que reconfigura a profissão a partir da reformulação do Currículo do Serviço, da construção do Código de Ética da profissão (Resolução nº 276), da Lei que regulamenta a Profissão nº 8662/93, e da construção das entidades do Serviço Social como o conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS, não foi eliminado no interior da categoria, a perspectiva conservadora, que por vezes é até reacionária. Essa perspectiva, se expressa em práticas profissionais abusivas e violadoras de direitos e, também, em Projetos Políticos Pedagógicos, em especial em instituições privadas de ensino e na modalidade de educação à distância, reafirmando o reacionarismo, agora revertido de uma nova roupagem, o ultraneoliberalismo.

Como uma profissão que se ancora na Questão Social e nas suas expressões candentes na vida da classe trabalhadora, a realidade social e a conjuntura, são elementos centrais para considerarmos na luta pela direção social da ação

profissional. Como uma profissão enraizada na realidade social, a quadra histórica que vivenciamos, de profundas regressões sociais, implicam nas elaborações teóricas, atuação profissional e formação dos futuros assistentes sociais. Assim, tão importante quanto considerar a crise estrutural do capitalismo, como aponta Mézáros (2011), é compreender os desdobramentos particulares, em um país de capitalismo tardio como o Brasil, na busca pela refuncionalização do Estado a partir da necessidade premente do capital de revitalizar suas formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Ao longo da história a profissão buscou romper com a perspectiva conservadora e se aproximar dos movimentos organizados e autônomos da classe trabalhadora, tendo inscrito essa intensão política nos documentos, leis e elaborações do Serviço Social. Como explicitado nos princípios do Código de Ética da profissão, o compromisso da categoria com “reconhecimento da liberdade como valor ético [...]”, “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, “ampliação e consolidação da cidadania [...]”, “defesa do aprofundamento da democracia[...]” (CFESS, 1993), são elementos, entre outros que nortearam a construção do Projeto Ético Político na década de 1980, até sua consolidação na década de 1990.

Porém a construção do PEP, como conjunto de diretrizes para orientar a direção social da profissão, também como expressão do próprio movimento de luta pela redemocratização do país, após o fim da ditadura empresarial-militar (1964-1985), se conflita com questões advindas do processo de reconfiguração do Estado diante das exigências da crise capitalista. Iniciamos a década de 1990 com uma certa maturação na profissão, a partir das bases teóricas, do avanço do Serviço Social nas universidades (graduação e pós-graduação), na maturação política advinda da articulação com outras categorias da classe trabalhadora e movimentos sociais na busca pela redemocratização do país, o que incluiu a luta pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Como afirma Abramides (2019, p.23) “a década de 1980 afirmou a direção social da profissão [...] e a década de 1990 conferiu maturidade teórica ao PEP”, mas terminamos a década de 1990, com a

implementação do projeto neoliberal no país, tendo como marco inicial o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e sendo amadurecido e impulsionado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) e com continuidades e descontinuidade, nos governos seguintes.

Para o Serviço Social, ainda em maturação da direção social da profissão, a luta pela construção de políticas públicas e sociais, tendo como referência os avanços possíveis na CF/88, passaram a ser um marco e uma referência para a ação profissional. Porém, nem mesmo havíamos consolidado as conquistas, e o projeto neoliberal, a partir de um esvaziamento das responsabilidades do Estado diante das demandas de reconfigurações para socorrer ao capitalismo, buscando recuperar suas taxas de lucro, torna cada vez mais distante a implementação das conquistas e direitos concernentes a classe trabalhadora.

Nesse processo contraditório de aproximação do Estado, luta por políticas públicas, maturação política e teórica da profissão, um outro movimento também se processa, qual seja, o real afastamento dos movimentos sociais e das entidades de classe efetivamente autônomas, como expressão: i) da crise estrutural do capitalismo e ii) e da crise do chamado socialismo real (NETTO, 1995), que implicaram em um processo de esfacelamento e retrocessos na organização dos trabalhadores em várias partes do mundo. A simbiótica relação entre crise estrutural do capitalismo, implementação do processo de acumulação flexível e crise no âmbito da organização dos trabalhadores, tem derivado em perda de autonomia das entidades representativas de classe, em retrocesso nas políticas públicas e sociais e em avanço do conservadorismo. Elementos importantes para a compreensão da realidade brasileira a partir da segunda década dos anos 2000.

Se com o projeto neoliberal a situação de regressão social vivenciada pela classe trabalhadora já estava intensa, com o recrudescimento do conservadorismo, ascensão da extrema-direita e avanço de uma política ultraneoliberal, a situação brasileira se acirra. Dada a particularidade de um país colonizado e historicamente subordinado a economia internacional, um dos últimos do mundo a abolir a escravidão, os traços ultraneoliberais se fundem com os conservadores, em uma

simbiótica relação entre mercantilização e militarização da vida, fundamentalismo religioso, machismo, racismo, lgbtfobia, capacitismo, que ganha sua expressão máxima na eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2019.

Nesse contexto, é mister reconhecer, que uma nova fase se abre na sociabilidade capitalista. Ainda mais recrudescida, com menor possibilidades de conquistas por parte dos trabalhadores, com a implementação de uma sociabilidade violenta que impregna o cotidiano da vida social. Recrudescimento que se expressa no aumento da violência, do autoritarismo e do pauperismo. Sabedores, como afirmou Marx (2001, p. 721), que “[...] produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção[...]”, se faz necessário identificar as distintas formas de apropriação privada da riqueza socialmente produzida e os efeitos, identificados como expressões da “questão social”, que compõem a quadra histórica do desenvolvimento capitalista, na particularidade de um país de capitalismo dependente como o Brasil.

Portanto, reconhecer que o Brasil se torna, durante a pandemia, ainda mais desigual, com maior concentração de renda, expressas na acumulação privada da riqueza socialmente produzida nas mãos do 1% mais rico de 51% da riqueza, que o 1% dos que tem maiores rendimentos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representam 38,4 vezes mais que o rendimento médio dos 50% que ganham menos. Segundo o Instituto “de 2020 para 2021, apesar do aumento da população ocupada, a massa do rendimento mensal real de todos os trabalhos caiu 3,1%” (IBGE, 2022). Também o desemprego aumentou, atingindo, segundo o IBGE, cerca de 14 milhões de pessoas, além de cerca de 6 milhões de desalentados, aqueles que sequer buscam emprego pois não esperam de encontrar. Junto com a desesperança, aumentou a fome, é os casos de venda e/ou filas para pegar doação de ossos, repercutiu nacionalmente durante a pandemia. Junto com o desemprego e o aumento da fome, também aumentaram a violência contra mulher e LGBTQIA+, segundo o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

É nesse contexto, absolutamente desalentador, em que o autoritarismo aumenta, assim como a venda de armas para civis, que o ensino à distância reverbera como

um grande “balão de ensaio”, como afirma Farage (2021), que se torna desafiador recuperar e reafirmar o Projeto Ético Político do Serviço Social, assim como a fundamentação das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), articulado a dois debates centrais para a presente pesquisa, que é a relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais e Educação Popular.

Como afirma Gohn, os movimentos sociais devem ser compreendidos “segundo um cenário pontuado por lutas, conflitos e contradições, cuja origem está nos problemas da sociedade dividida em classes, com interesses, visões, valores, ideologias e projetos de vida diferenciados” (2000, p. 11). Nesse sentido, espaços de fundamental articulação política, profissional e organizativa, para o Serviço Social, considerando: i) o norte do PEP que tem no horizonte a superação da ordem do capital, como processo histórico e tarefa da classe trabalhadora organizada; ii) as necessárias articulações para a legitimação e luta na defesa dos serviços públicos e sociais, como direitos do conjunto da classe trabalhadora e espaços sócio ocupacionais de assistentes sociais; iii) os movimentos sociais como espaço organizativo, formativo e informativo no que tange aos direitos dos trabalhadores, portando parceiros da difusão de direitos e iv) parceiros importantes no processo de formação continuada dos próprios assistentes sociais, pois como afirma Freire (2001, p. 79) “ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte”.

“[...]movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer -por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamentação à ação. Trata-se de uma *práxis*, portanto” (GOHN, 2000, p.12-13 *grifo original*).

A articulação com movimentos sociais, como estratégia para a legitimação do PEP e avanço no âmbito dos direitos da classe trabalhadora, passa, em nossa reflexão, pelos debates da educação popular, que considerando “[...] de forma dialética as relações entre consciência e mundo, implica necessariamente uma nova maneira de entender a História. A História como possibilidade [...]” (FREIRE, 2001, p. 97).

Como possibilidade a História é construída, e não está dada, o que passa, no caso da relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais, por uma incorporação

transversal desde a formação profissional e do desenvolvimento de práticas, que considerando a educação popular como uma forma de orientação profissional, busque na ação pedagógica dos assistentes sociais, como afirma Abreu (2002), uma possibilidade no sentido de contribuir para uma conformação cultural, na busca de um outro horizonte de sociabilidade antagônico a do capital.

3. DADOS DA INVESTIGAÇÃO: um recorte sobre a formação profissional, a produção teórica em Serviço Social e a relação com o projeto ético político

Fortalece-se um discurso no interior do Serviço Social, com o avanço do conservadorismo, de que o PEP não possui sentido, na medida em que não pode ser materializado. Sobre essa questão cabem algumas reflexões. A primeira é que de fato, no interior da ordem burguesa os princípios do PEP não podem ser realizados em integridade, eles são antagônicos ao capitalismo. Mas o que se perde a falar da materialização é que de fato, o PEP tem como horizonte a superação do capitalismo, e portanto, o que o PEP projeta é uma direção social alinhada a esse propósito. Não é possível, extinguir todas as formas de preconceito, ainda na ordem burguesa. No entanto, o PEP significa o compromisso com uma ação profissional que combata tais preconceitos, e assim, reafirma-se o compromisso com a destruição dessa ordem. A segunda observação é que, ao questionar a inviabilidade de materialização do PEP, se carrega, ainda que implicitamente, a ideia de que uma profissão poderia engendrar a revolução social. De forma alguma isso seria possível. Novamente, trata-se de o compromisso com uma direção social de alcance do comunismo. Obviamente que isso indica também a necessidade de articulação com a totalidade da classe trabalhadora e suas lutas. Materializar o PEP, desse modo, significa criar estratégias de resistência da direção social e política adotada, de ruptura com o conservadorismo.

Faz-se necessário destacar também que, ao dizer que a hegemonia do Serviço

Social hoje é alinhada ao PEP, não significa que as totalidades dos assistentes sociais possuem esse compromisso. A categoria não é monolítica e a presença de profissionais conservadores não deixou de existir. A diferença é que a direção social, e, portanto, as entidades reguladoras da ação profissional e formação, estão comprometidas com a recusa ao conservadorismo.

A tarefa colocada para a categoria dos assistentes sociais é, portanto, estabelecer estratégias de defesa do PEP. A conjuntura é de desafios, não só dentro da categoria, mas para o conjunto da classe trabalhadora no que tange a sua organização.

“O PEP sofreu mutações, reorganizações, embates e muitos desafios, mas sua direção social-hegemônica, [...], permanece e se fortalece na perspectiva que a conquistamos. Essa conquista não pode, em momento algum nos tirar, como não nos tem tirado, de um processo permanente de debate e combate, no interior da categoria e no conjunto da classe trabalhadora, na articulação entre projeto profissional e projeto societário na direção da emancipação humana”. (ABRAMIDES, 2019, p. 255)

Apenas coletivamente há possibilidade de sustentação do PEP, construído a partir do processo de ruptura com o conservadorismo. A possibilidade de retrocesso é real e está colocada. Uma das estratégias, e aqui defendida como uma das principais, é a articulação com as organizações e processos de luta da classe trabalhadora, assim como de um redimensionamento na formação profissional. Não apenas institucionalmente, mas nos movimentos de base. Como indicado anteriormente, essa aproximação fertilizou o solo para a gestação do PEP, e do mesmo modo, sua defesa demanda essa articulação. No último capítulo, essa relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais será apontada. Além disso, defende-se também que a formação profissional é o espaço privilegiado para fomentar a imbricação dos assistentes sociais com os processos de luta. Múltiplos podem ser os caminhos de defesa do PEP, os quais coletivamente a categoria deve construir. Estar articulada os processos de lutas é resistências dos trabalhadores é um deles, e é imperativo.

No que tange a formação profissional, a presente pesquisa investiga a dimensão do ensino, a partir de levantamento dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos

cursos de Serviço Social das unidades de formação acadêmicas (UFA) públicas vinculadas a ABEPSS. Como uma pesquisa longitudinal, o presente levantamento encontra-se em um segundo momento. No primeiro levantamento, realizado entre 2015-2017, foram analisados a grade curricular e os PPP de 18 cursos, que à época estão filiados a ABEPSS. Nesta primeira fase, vale destacar, a grande dificuldade de acessar uma lista atualizada das UFA junto a ABEPSS, assim como o acesso aos currículos e PPP de forma pública, nos sites das unidades de formação. Na segunda fase da pesquisa, entre 2021-2022 (ainda em processo), o acesso a lista já foi facilitando, demonstrando que mais 13 instituições apareciam como filiadas a ABEPSS nesta nova fase, porém a dificuldade de acessar as grades curriculares e PPP, de forma pública, nos sites das UFA, permaneceram como dificuldade. Nesta segunda fase foram identificados 14 cursos.

Como um recorte metodológico, além da escolha dos cursos públicos vinculados a ABEPSS, também foi demarcado palavras chaves para fazer a busca nos títulos das disciplinas, quais sejam: Movimentos Sociais, Educação Popular e Questão Urbana. No primeiro momento da análise, tanto da primeira fase como da segunda, a busca foi realizada por palavras chaves, nos nomes das disciplinas e nas ementas. Na primeira fase (até 2017), 18 cursos e PPP, sendo que levantando apenas disciplinas que tratam de movimentos sociais, foi possível identificar 31 disciplinas, sendo que apenas 01 instituição de ensino apresentava 5 disciplinas na grade que envolviam a temática, 07 instituições apresentam apenas 01 disciplina, 05 instituições tem 02 disciplinas na grade, 03 instituições com 03 disciplinas e 02 instituições sem nenhuma disciplina. Na segunda fase da pesquisa (entre 2021-2022), foram identificadas 14 novos cursos vinculados a ABEPSS, dos quais 01 instituição com 04 disciplinas, 01 instituição com 02 disciplinas, 09 instituições com 01 disciplina e 03 instituições em nenhuma disciplina da temática.

Tabela 1: Relação geral das disciplinas nos PPP dos cursos pesquisados

GERAL EM RELAÇÃO ÀS PALAVRAS-CHAVE

Total de instituições de ensino pesquisadas	32
Total de Disciplinas	58
Disciplinas com Palavras-chave relacionadas à questão urbana	14
Disciplinas com Palavras-chave relacionada aos movimentos sociais	47

Fonte: Elaboração própria.

No que tange a uma das expressões da ação profissional, expressas em publicações em revistas da categoria, quando levantamos os artigos publicados na última década em quatro importantes periódicos da área de Serviço Social, como demonstra o quadro abaixo. Vale destacar que um artigo da revista Libertas possui em seu título a intercessão das palavras chaves 'Movimentos Sociais' e 'Educação Popular', portanto perfilando ambas as colunas da tabela abaixo.

Tabela 2: Levantamento de artigos por área temática

Dados das Revistas do Ano de 2010 a 2021:				
Revistas Verificadas:	Total de Artigos sobre as temáticas	Artigos sobre Questão Urbana	Artigos sobre Movimentos Sociais	Artigos sobre Educação Popular
Serviço Social e Sociedade	10 artigos	02	05	03
Katálisis	13 artigos	05	08	0
Temporalis	17 artigos	06	11	0

Libertas	20 artigos	15	04	02
Total de Revistas:	Total de Artigos Utilizados:	Total de artigos sobre Questão Urbana:	Total de artigos sobre Movimentos Sociais:	Total de artigos sobre Educação Popular
4	61	28	29	05

Fonte: Elaboração própria.

No levantamento realizado nas revistas, que foram escolhidas pela relevância acadêmica e teórica da área, foram definidas palavras chaves para a busca pelo título dos artigos, de forma mais ampla, foram pesquisadas as palavras-chaves abaixo:

Tabela 3: Palavras chaves utilizadas no levantamento dos dados nas revistas

Referenciais de Pesquisa:	
Eixos Centrais:	Educação Popular; Movimentos Sociais; Questão Urbana.
Palavras Chave:	Educação Popular, Espaço(os) Popular(es), Favela(s), Luta(s) Social(is), Movimentos Sociais, Movimentos Urbanos, ONG(s), Organização Política, Periferia, Questão Urbana, Sociedade Civil (CIP), Terceiro Setor, Território.

Fonte: Elaboração própria.

Abaixo uma tabela que possibilita uma melhor leitura e reflexão sobre a expressão dos debates de movimentos sociais, educação popular e questão urbana em uma das expressões da produção teórica do Serviço Social, que são as revistas

da área. Cientes de que esse é apenas um recorte, que não expressa o todo, consideramos ser fundamental provocar a categoria, seja na função e docentes ou de assistentes sociais inseridos em políticas públicas e sociais, e outras áreas, nas motivações, ou na ausência desta, para estudos, pesquisas, projetos de intervenção, extensão, estágios, que possibilitem reflexões sobre as temáticas.

Tabela 4: Panorama geral das revistas: total de artigos e percentual na temática

Dados das Revistas do Ano de 2010 a 2021:					
Revistas Verificadas :	Grau da Qualis (De acordo com o Último Levantamento da CNPQ de 2016):	Números de edições do período:	Total de artigos nas revistas:	Número de artigos relacionados à temática:	Porcentagem de artigos relacionados à temática por revista
Serviço Social e Sociedade	A1	50 exemplares	393 artigos	10 artigos	2,54%
Katálysis	A1	31 exemplares	427 artigos	13 artigos	3,04%
Temporalis	B1	23 exemplares	341 artigos	17 artigos	3,85%
Libertas	B4	24 exemplares	266 artigos	20 artigos	7,51%
Total de Revistas:		Total de Edições:	Total de Artigos Nas Revistas :	Total de Artigos Utilizados:	

4		128	1427	61	
---	--	-----	------	----	--

Fonte: Elaboração própria.

Uma das hipóteses trazidas na pesquisa é de que apesar do caráter fundamental dessa relação, o Serviço Social, nas duas últimas décadas, se afastou, de forma efetiva, dos movimentos sociais, tanto em nível de articulação prática, quanto de discussão teórica, mesmo com o amadurecimento da profissão, e do próprio PEP, contraditoriamente houve o afastamento dos movimentos sociais. A profissão imbrica-se majoritariamente na institucionalização, voltada para a construção das políticas públicas e sociais, que possuem evidente importância, mas não deveriam substituir a relação com os movimentos sociais, e sim somar-se a ela.

Ressalta-se a necessidade dessa aproximação na prática profissional, no entanto, é necessário que a formação profissional também a fomente. Considerando a conjuntura de retrocessos e contrarreformas da educação superior, entende-se que o incentivo a essa relação, através da formação profissional, não é uma tarefa simples, mas imprescindível. Vale destacar, que compreendemos que as duas últimas décadas, também foram de retrocessos no âmbito da organização autônoma dos trabalhadores, o que impacta a organização de movimentos sociais, prejudicando, na prática, a vinculação da profissão a movimentos.

Nesta quadra histórica está colocada a possibilidade de retrocessos no interior do Serviço Social, e é impreterível a construção de processos de resistência e defesa do projeto profissional no interior da profissão. De acordo com Duriguetto (2014), uma estratégia do Serviço Social para enfrentar esta ofensiva do capital a classe trabalhadora seria exatamente as intervenções nos processos organizativos e de mobilização popular. Esse tipo de atuação profissional possibilita revigorar o projeto ético-político, mas também a criação de novas formas do próprio fazer profissional.

Assim sendo, o vínculo com os movimentos sociais, de norte anticapitalista,

possibilita estar realmente em alinhamento com os interesses da classe trabalhadora. O assistente social possui necessariamente em sua atuação uma face pedagógica, ou formadora da cultura, que em sentido gramsciano, significa a incisão no modo de pensar e agir dos sujeitos, como apontam Abreu, Cardoso e Lopes (2014).

“Nessas mediações, a função pedagógica que exerce na dimensão interventiva apresenta-se diversificada pelos vínculos contraditórios que estabelece com os próprios projetos societários das classes sociais que na sociedade disputam a hegemonia e materializa-se por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos interventivos. Tais processos, sob a forma de prestação de serviços de ordem material e ideológica, incidem na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição como profissão. Através do exercício desta função, a profissão inscreve-se no campo das atividades formadoras da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia, base em que gesta e desenvolve a própria cultura profissional” (ABREU, CARDOSO, LOPES, 2014, p. 199).

A aproximação real com as lutas da classe trabalhadora é fundamental, em dois sentidos: para fortalecer o projeto ético-político profissional que tem como pressuposto esta articulação; e pelos ganhos da classe trabalhadora em si, pois, é frequente que os assistentes sociais tratem a classe trabalhadora com externalidade, como se não fizesse parte dela, sinaliza Raichelis (2011). A inserção real de assistentes sociais nesses espaços, assim como maior aproximação teórica é perpassada por desafios, e apenas coletivamente é possível criar estratégias que possibilitem essa aproximação. Desde o contexto de precarização do mundo do trabalho e desemprego, até sucateamento das universidades e repressão aos movimentos sociais constituem esses desafios, mas ainda assim, a partir deles, faz-se necessários moldar caminhos coletivos.

4. CONCLUSÃO

A conjuntura de contrarreformas na educação, mas também em todas as esferas da vida social, e o avanço do conservadorismo engendram um terreno árido para a luta do conjunto dos trabalhadores, com rebatimentos também para o Serviço Social.

Se intensifica a realidade laboral de profissões que possuem como direção social a crítica a essa ordem societária. O Serviço Social, e as ameaças diretas a hegemonia do PEP, encontra-se com a tarefa de criar estratégias para o fortalecimento de sua direção social. Mais além, enquanto comprometido com a superação da sociedade burguesa, é necessário se fortalecer enquanto oposição à ofensiva do capital aos trabalhadores. Há múltiplas estratégias possíveis para tal. No entanto, compreende-se que aproximar-se a luta dos trabalhadores, aos movimentos sociais, desde a formação profissional, é primordial. A construção de um Serviço Social de hegemonia crítica teve como um dos eixos basilares a aproximação com as lutas da classe trabalhadora, e a sustentação dessa perspectiva traz demandas.

A articulação entre formação profissional e produção teórica da categoria, se mediada por uma práxis articulado pelo projeto ético político do Serviço Social, coloca como desafio a aproximações a tema que consideramos essenciais na presente pesquisa, qual sejam, a articulação teoria e prática com movimentos sociais e debates de educação popular, considerado a classe trabalhadora, em suas diferentes realidades e consubstanciadas com o debate de gênero e raça, os potenciais sujeitos de uma outra História. Uma História, que construa uma outra experiência de sociabilidade, que como afirma Freire (2001, p. 12), “implica em decisões, rupturas, opções, riscos”, mas que nos colocam em movimento.

5. BIBLIOGRAFIA

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. *O Projeto Ético- Político do Serviço Social Brasileiro – Rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

ABREU, M.M.; CARDOSO, F. G.; LOPES, J.B. *O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais*. In: *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. SP: Cortez, 2014.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso: 27 de agosto de 2022.

BRASIL. Lei nº 8662/1993 – *Regulamentação da Profissão de Serviço Social*. Brasília, 1993.

CFESS. Resolução CFESS nº 273 - *Código de ética da Profissão*. Brasília: CFESS, 1993.

DURIGUETTO, M. L. *Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós 1990*. In: *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. SP: Cortez, 2014.

FARAGE, Eblin. Contrarreformas da educação superior: aproximações ao balão de ensaio do período pandêmico. *Revista Libertas*, v.21 n. 2(2021). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/35253>. Acesso: 27 de agosto de 2022.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONG's e terceiro setor*. *Revista Mediações*, Londrina, v.5, nº 1, p.11-40. Jan-junho 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico metodológica*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012*. Brasília, 10/06/2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=Entre%20os%205%25%20de%20menor,50%25%20com%20as%20menores%20remunera%C3%A7%C3%B5es>. Acesso: 25 de agosto de 2022.

MARX, Karl. *A chamada acumulação primitiva* In: *O Capital – Crítica da Economia Política* Livro 1, vol 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio da pesquisa social* In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

_____. *Ditadura e Serviço Social- uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo, Editora Cortez, 1994.

RAICHELIS, Raquel. *O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente a violação d seus direitos*. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.107, jul./set.2011.

1